

Desvalorizações cambiais, indústria e café: Brasil, 1862-1906*

Eliana A. Cardoso**

Este ensaio constrói um modelo para a taxa de câmbio e as importações de bens de capital no Brasil, durante a segunda metade do século XIX.

A equação para a taxa de câmbio comporta-se muito bem. A evidência mostra que o poder de paridade de compra não é suficiente para explicar o comportamento da taxa de câmbio, que respondia, sem sombra de dúvida, ao comportamento da receita das exportações de café.

A discussão sobre o comportamento da taxa de câmbio está ligada à das origens da industrialização brasileira. Existem essencialmente duas explicações para o desenvolvimento da indústria no Brasil a partir de uma base primário-exportadora. Enquanto o argumento dos choques adversos relaciona a industrialização a condições desfavoráveis no setor externo, a interpretação alternativa explica-a, a partir do crescimento da renda, propiciado pela expansão das exportações. Evidentemente não existe uma relação simples entre exportações e investimento industrial. Este ensaio elabora os mecanismos através dos quais o estoque de capital na indústria responde ao comportamento do setor externo. Também se consideram os efeitos da política monetária e do comportamento dos salários para o investimento industrial.

A evidência empírica relativa ao período 1862-1906 é investigada no item 2. Mostra-se que o comportamento da taxa de câmbio pode ser explicado pela política monetária e pelo comportamento dos salários e da receita das exportações. Por outro lado, embora o comportamento dos salários e o da oferta monetária tenham claramente um impacto sobre as importações de equipamentos, o efeito da receita das exportações sobre essas importações não pôde ser determinado com precisão.

1. O modelo; 2. A evidência empírica; 3. Conclusões.

Este ensaio estuda o comportamento da taxa de câmbio no Brasil, entre 1862 e 1906. Analisam-se as relações entre a industrialização brasileira, a exportação de produtos primários e as desvalorizações cambiais nos anos compreendidos entre a

* A autora agradece a Eustáquio Reis e a Rudiger Dornbusch por valiosas sugestões e comentários, e a Carmen F. Argolo pelo processamento dos dados.

** Economista do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Rio de Janeiro; e Universidade de Boston, Estados Unidos.